

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 ASSEMBLEIA DE INSTRUÇÃO
 NOTICIÁRIO DO DIA: 25.11.65.

(1)

Embora demissionário, não estou parado. Desenvolvo aqui a minha ação, permanentemente revolucionária, e a desenvolverei até o momento de passar a Pasta ao meu substituto.

Tenho, atualmente, em estudos, quatro ou cinco assuntos de naturezas diferentes, dois dos quais, pelo menos, e como sempre, irão provocar muita celeuma. Irão dar motivos a que o Ministro seja por tôdas as formas investido e injuriado. Já estou acostumado e nada me demoverá. Até mesmo posso dizer que se, quando não tinha o hábito de ler ataques, não me amedrontei, não há de ser agora que me verão recuar.

A Universidade do Brasília continua sendo saneada, à proporção que os seus casos secretos estão sendo conhecidos. A Universidade da Capital vai ser convenientemente dimensionada. Todos os corruptos, corruptores, agitadores e subversivos serão afastados, quer sejam professores / medíocres ou sábios mestres, quer sejam alunos ou funcionários, independentemente do que pensem ou venham a pensar de nós os intelectuais do "Le Monde". O novo Reitor está fazendo surgir do caos uma Universidade autêntica.

Vamos a outro ponto. Solicitei ao Senhor Procurador Geral da República a anulação do registro dos Estatutos da UNE, feito na Guanabara, em completo desrespeito ao Decreto-lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942.


Pedirei, em seguida, ao Senhor Ministro da Justiça, de acôrdo com a legislação vigente, que seja decretada a extinção definitiva da União Nacional dos Estudantes que, como entidade civil, continua sendo centro de subversão política e social, de alta periculosidade para a segurança nacional.

O IM, aliás, que se acaba de concluir sôbre as atividades da
quele associação de agitadores, já é suficiente para ^{se}avaliar da obrigação
que temos de fechar as portas da citada entidade estudantil. E se temos a
brigaçãõ, fecharemos.

Prometi cinco notícias. Vamos à terceira. Está para ser san-
cionado o Estatuto do Magistério, obra revolucionária que visa a estrutu-
rar a Universidade brasileira, de modo definitivo e de acôrdo com a reali-
dade nacional. Da vista de tal fato, estamos providenciando a reunião do
Forum de Reitores, em Pôrto Alegre, reunião que ficará na história do nos-
so ensino superior, porque se vai dar forma à política educacional no cam-
po do ensino universitário, fixando-se normas que não ficarão se perdendo/
no ar, mas que serão consubstanciadas em decretos, portarias e anteproje-
tos de lei que irão ao Congresso. Tôda a política revolucionária governa-
mental do ensino superior será definitiva e sôlidamente implantada.

Como assunto número quatro, em estudos, já adiantadps, temos o
seguinte. O Instituto Benjamin Constant, apesar de todos os esforços já des-
pendidos, não nos revela qualquer possibilidade de solução específica. Aguar-
damos relatório sôbre o Instituto, já em parte conhecido, feito após os es-
tudos do mais abalizado especialista mundial que se conhece. Some-se a ês-
se quadro a existência do Instituto Nacional de Educação de Surdos que, a-
pesar de remodelado e disciplinado, não se justifica que exista como enti-
dade destinada à educação especializada.

Vamos dar solução aos dois casos, fundindo-os. Para isso já
designei comissão, que apresentará projeto de lei extinguindo os dois edu-
candários e criando o Instituto de Pesquisas Benjamin Constant, destinado/
ao desenvolvimento



de pesquisas sobre educação de excepcionais, e à formação de professores especializados. Esse problema é de dimensões desconhecidas dos estudiosos brasileiros.

Os cegos existentes, os surdos e mudos que lotam os dois estabelecimentos atuais, serão distribuídos aos Estados, que serão assistidos econômica e tecnicamente nas organizações para excepcionais que criarem, tudo de acordo com os postulados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O prédio do atual Instituto Benjamin Constant será reformado para abrigar a Seção de Pesquisas da Biblioteca Nacional.

E por fim, a quinta notícia. A Constituição Federal determina que os Estados e os Municípios empreguem 20 por cento das suas rendas nos seus sistemas de ensino, enquanto a União reserva 12 por cento das ^{SUAS} receitas tributárias para a Educação. O montante da arrecadação mesmo que Estado e Municípios respeitem a Constituição, é insuficiente, ainda que se acrescente o Salário-Educação. Precisaríamos de quase o dobro dos recursos que possuímos, e, não obstante, emprega-se mal e descuidadamente o que temos. Acontece ainda que há Estados que não estão capacitados a desenvolver os planos de educação, e outros não prestam contas de acordo com a Lei, dificultando a aplicação em massa dos recursos de que dispomos, nos sistemas educacionais, da atribuição municipal e estadual. O Governo Federal não poderá cruzar os braços.

Como a educação é assunto de segurança nacional, vou sugerir ao Sr. Presidente da República medidas tendentes à interferência da União nos sistemas estaduais que não estiverem dando cumprimento aos planos nacionais de educação, até que se restabeleça a normalidade e a eficiência. Não se pode mais esperar.

Rádio Flamarão
LGS. 14, p. 4/4

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
ASSESSORIA DE IMPRENSA
NOTICIÁRIO DO DIA: 25.11.65

MEC PROVIDENCIA O
ENCERRAMENTO DA UNE

Em entrevista que concedeu hoje à tarde à imprensa, em seu Gabinete, o ministro Flávio Suplicy de Lacerda, anunciou que está tomando providências para fechar a União Nacional dos Estudantes que, embora apenas como entidade civil - sem representar legalmente os estudantes - "continua sendo centro de subversão política e social, de alta periculosidade para a segurança nacional". O ministro da Educação deu conta também de outras atividades de caráter administrativo e depois respondeu às perguntas formuladas pelos jornalistas presentes.

Este o texto das declarações do Ministro da Educação e Cultura:

*Então quase tudo do autor p/ o
a p/ o*

